

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encontro com as mulheres da 3ª Marcha das Margaridas

Brasília - DF, 22 de agosto de 2007

Minhas queridas companheiras trabalhadoras do nosso querido País,
Eu quero cumprimentar a ministra Nilcéa Freire,
Quero cumprimentar a Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas da Promoção e Igualdade Racial,
A Marta Suplicy,
Quero cumprimentar o ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário,
O companheiro Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência,
O José Gomes Temporão, da Saúde,
Quero cumprimentar a minha companheira Marisa,
Quero cumprimentar as senadoras Ideli Salvatti e Fátima Cleide,
Quero cumprimentar os senadores José Nery e Sibá Machado,
Quero cumprimentar a deputada federal Luiza Erundina, em nome da qual eu cumprimento todos os deputados e deputadas aqui,
Quero cumprimentar o meu companheiro Manoel dos Santos, presidente da Contag. Está certo que é a Marcha das Margaridas, mas o Manoel não precisava ter vindo de camisa rosa.
Quero cumprimentar a nossa querida Carmem Foro, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da Contag,
Quero cumprimentar cada companheira aqui presente,
Quero cumprimentar a imprensa,

Bem, querido Manoel, querida Carmem e companheiras trabalhadoras brasileiras, eu penso que é importante a gente sair daqui, não apenas olhando as conquistas que vocês obtiveram mas, sobretudo, analisando o gesto de fortalecimento da democracia e a conquista dos direitos do povo brasileiro, com essa Marcha que vocês fizeram.

O Brasil não está habituado a isso. Se fossem mulheres e homens de outros segmentos da sociedade, de maior posse, isso seria visto como uma coisa normal. Afinal de contas, as pessoas podem pagar passagem para vir de avião e podem vir de carro. Mas quando milhares de mulheres, dos 27 estados deste País, a grande maioria absoluta trabalhadora rural – que sabe o que é o cabo de uma enxada, que sabe dividir o tempo para o trabalho e o tempo para cuidar da família – se dispõem a andar dias e dias de ônibus, passando privações, dormindo no chão, às vezes em colchõezinhos de um milímetro de espessura, ainda vem alguém dizer: “essas mulheres foram pagas pelo governo”. Eu vou dizer uma coisa para vocês, se eu pudesse, se eu tivesse dinheiro, não precisava ser dinheiro do governo, eu daria o dinheiro do meu bolso para trazer mais mulheres do que tem aqui. E, mesmo que tivesse trazido, o trabalho que vocês tiveram para produzir uma pauta de reivindicação, com mais de 100 reivindicações, é um fato quase inédito na história deste País. E não fizeram uma reivindicação para ontem, elaboraram uma pauta que é quase um programa de governo, para ser atendida em quatro anos. Porque vocês sabem e compreendem a política e sabem que nem sempre depende de um presidente ou de um ministro, nem sempre depende da Câmara ou do Senado, depende de muitas outras coisas que nós precisamos construir juntos.

Mas algumas pessoas ficam indignadas não é pelo fato de vocês estarem aqui, porque se Brasília é capital do Brasil, as pessoas precisam se habituar a ver toda a sociedade fazendo manifestação aqui. E mais importante é quando as mulheres que fazem a reivindicação são aquelas que pertencem à família que tira do campo não apenas o sustento da sua família, mas uma parte dos alimentos que comem os que nos criticam todo santo dia. Eu sei que tem muita gente incomodada e vão se incomodar muito mais, porque nós vamos fazer muito mais. Eu tenho três anos e meio de mandato, tenho clareza dos discursos que fiz por este País a minha vida inteira, e tenho clareza de que aqui tem companheiras que me ouvem falar desde 1980 por este País. Eu sei cada palavra do que nós temos que fazer e sei do tempo que nós temos que construir para fazer a coisa. E eles se incomodam, porque antes era fácil ganhar as eleições com o voto dos pobres e depois governar só para os ricos. Eu digo todo santo dia: sou presidente de 190 milhões de habitantes, mas não

tenho dúvida de que a minha preferência é fazer política para a parte mais pobre da sociedade brasileira, que é quem precisa do Estado brasileiro.

Eu sei, meu caro Manoel, o quanto incomoda algumas pessoas quando nós resolvemos levar luz elétrica à casa do povo do campo deste País, e eu quero reiterar o meu compromisso. Nós prometemos, até 2008, atender 12 milhões de famílias que não tinham energia neste País. Já levamos para 6 milhões e vamos para os 12 milhões de famílias que precisam de energia. Porque quem nasce na capital, quem nasce na cidade, numa rua com luz elétrica, numa rua com asfalto, numa rua com água encanada, não sabe o que é a vida de um pobre deste País, que tem que andar quilômetros com uma lata d'água na cabeça, cuidar de um filho doente à base de uma luz de candeeiro, cozinhar à base de uma luz de candeeiro, e quando chega um bico de luz é como se o dedo de Deus estivesse clareando o nosso dia e a nossa noite. Manoel, na região Norte do País, lá no Amazonas, tem ligação que nós estamos fazendo que custa 5 mil reais. Lógico que é mais fácil para o governante, ao invés de fazer uma ligação que custa 5 mil reais, fazer 100 ligações pelos 5 mil reais na cidade. Mas a pergunta, que eu me respondo todos os dias, é que pode custar 5 ou custar 6, os brasileiros que moram no campo e moram mais distante têm o mesmo direito dos brasileiros que moram em Brasília. E nós precisamos fazer os benefícios chegarem a essas pessoas. Eu sei o quanto custa para algumas pessoas entender por que está diminuindo a saída do povo brasileiro do campo. E, ao contrário, a televisão tem mostrado trabalhadores se aposentando no Centro-Sul e voltando para trabalhar no campo. É porque na hora que tem crédito, na hora que tem compra de alimentos... A gente não pode ainda comprar tudo, mas quando criamos o programa para comprar alimentos, em 2004, Guilherme, eram só 50 milhões de reais. Este ano, já são 556 milhões de reais.

Tem muita gente que não sabe, mas esses dias, na Paraíba, as pessoas vendiam leite de vaca no mercado a 30 centavos de reais, e o litro de leite de cabra a 70 centavos. Aí, o governo entra pagando 70 centavos pelo leite de vaca e 1 real pelo leite de cabra. Quem mora nesses estados e participa do programa da compra de alimentos sabe que isso é quase uma revolução na vida da gente, porque antigamente o pobre catava lá os seus 10 litrinhos de leite, saía para vender na feira e, se não conseguia vender, o leite azedava e

ele jogava fora. Agora, o governo, a Conab e o MDS estão colocando 556 milhões, este ano, e posso dizer para vocês – podem ficar certos – que no ano que vem terá muito mais dinheiro para o PPA e para comprar alimentos.

Tem muita gente que não se incomoda porque o governo é eleito e depois nunca mais conversa com o povo. E as nossas deputadas e os nossos deputados têm que saber. Desde que nós tomamos posse, já foram realizadas, aqui em Brasília, 43 conferências nacionais. Cada conferência nacional igual àquela das mulheres, que nós vimos na semana passada. Mas a conferência nacional significa conferências estaduais, que significam conferências municipais, portanto, são mais de 2 milhões de pessoas ajudando a gente a determinar as políticas públicas deste País.

A companheira Carmem e o Manoel sabem da briga que nós fizemos no ano passado. Eu fiquei horrorizado, porque eu quero acabar com essa história de Pronaf A, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf E, Pronaf H. A pessoa, primeiro, tem que entrar em uma faculdade para depois saber qual é a letra dela para receber o dinheiro. Nós temos que ter dois Pronafs: um de custeio e um de investimento. Aí, descobrimos o quê, minhas queridas senadoras e deputadas? O Banco do Brasil concordou, não tem nenhum problema. E eu esperava anunciar para o Manoel, no dia em que ele veio pegar a pauta de reivindicação. Aí, nós descobrimos que agora, com essa modernidade toda, tem um tal de sistema e o sistema do Banco não permite acabar com todas as letras agora. Só a partir de janeiro é que vai acabar com todas as letras para facilitar as pessoas a tomarem a sua miserinha emprestada. Porque o pobre pega e paga, muitos outros pegam e não pagam neste País.

O que incomoda, Manoel, é que em 2003, quando a gente começou o governo, o Pronaf Geral tinha apenas 227 mil mulheres, que faziam o contrato do Pronaf, pegando 560 milhões de reais. Em 2006, Manoel, já foram 490 mil mulheres, e de 500 milhões, nós pulamos para 1 bilhão e 200 milhões de reais financiados diretamente pelo Pronaf Mulher. E por que nós fazemos isso? Nós não queremos que a mulher brigue com o marido para saber quem é que vai ter mais dinheiro, acesso ao banco, não. Nós queremos que o marido tenha o seu crédito, mas que a mulher também tenha o seu para poder cuidar da sua vida.

Mais importante ainda é o seguinte: se alguém disser para vocês, em

qualquer lugar do mundo, que nós vamos mexer no direito dos aposentados brasileiros ou da mulher trabalhadora rural, vocês podem saber, sem olhar na cara, que quem está falando é mentiroso. Porque eu tenho consciência de que, muitas vezes, uma mulher trabalhadora rural ou um trabalhador rural que precisa, para cumprir a lei, prestar informação com documentos, tenho clareza de que o trabalhador urbano tem que contar o tempo de serviço, mas eu penso sempre o seguinte: se a gente quiser ver a cara de quem trabalha no campo, de sol a sol, a gente não precisa de documento. Do vagabundo, a gente precisa do documento, impressão digital e outras coisas mais. Mas, do povo trabalhador, que trabalha de sol a sol, a gente olha a cor da pele, a gente olha a grossura da mão e a gente sabe que aquela pessoa é trabalhadora e, por isso, os trabalhadores não irão perder os seus direitos.

Quero aqui, companheiras e companheiros, aproveitar este momento para dizer de uma conquista de vocês que foi extraordinária: a Lei Maria da Penha. Eu sei, Carmen, que nem todas as mulheres aqui estavam no encontro das mulheres na última quinta-feira. Mas a Maria da Penha é uma cearense, casada com um cidadão que tentou matá-la duas vezes. Ela ficou paraplégica, numa cadeira de rodas, e levou 19 anos para condenar o marido dela, porque naquele tempo, por bater na mulher, a grande punição que o homem tinha era pagar uma cesta básica. Eu disse durante a campanha e vou dizer agora: quem praticar violência contra a sua companheira vai pegar três anos de cadeia. Até porque eu não posso me conformar de o homem levantar a mão para bater numa mulher. Minha mãe era analfabeta, nasceu e morreu analfabeta, mas isso não significa que, por ser analfabeto, você é ignorante, porque tem muita gente com diploma que bate na mulher. A minha dizia: “Meu filho, se um dia você casar e tiver que levantar a mão para bater na sua mulher, por qualquer coisa, é melhor se separar do que bater nela.

Agora, eu acho que nós estamos vivendo um momento extraordinário no Brasil. Falta muita coisa, e eu, mais do que ninguém, tenho consciência de que falta fazer muita coisa. Afinal de contas, como disse a Carmem, são quase 500 anos de esquecimento, em que os índios foram mortos, os escravos foram segregados, os trabalhadores rurais viviam perambulando de uma estrada para outra na época da seca, porque não tinha política. Nunca mais a gente ouviu falar na miséria da frente de trabalho, que tirava pedra de um lado, colocava

pedra do outro, sem produzir nada. Nós temos é que ter políticas públicas para que as pessoas tenham empregos. Nunca se fez tanto pelos pescadores artesanais deste País. E nós temos consciência, companheiras e companheiros, de que nós precisamos fazer muito mais.

Nós, agora – e está aqui o ministro da Saúde – temos 4 bilhões de reais na Funasa para cuidar de saneamento básico: uma parte será para levar água e tratamento de esgoto às comunidades indígenas; outra parte para levar água e esgoto aos quilombolas; e quase 3 bilhões e 400 milhões serão para levar água, para levar tratamento de esgoto às cidades do Norte e Nordeste com menos de 50 mil habitantes, que tenham malária, que tenham Doença de Chagas e que tenham alto índice de mortalidade infantil.

Eu sei, companheiros, que tem gente que acha que as coisas demoram e, muitas vezes, demoram mais do que a gente espera, mas nós temos que ter convicção de uma coisa. Eu digo todos os dias para o Manoel, quando eu encontro com ele: “Manoel, primeiro, não tenha medo de me fazer reivindicação, eu sou seu companheiro. O dia em que eu não puder atender, Manoel, da mesma forma que eu digo para um filho meu que eu não posso dar uma coisa para ele porque não tenho, eu direi para você que eu não posso dar”. Agora, eu posso olhar na cara de vocês, na cara de cada mulher, na cara de cada homem que está aqui e dizer para vocês: aproveitem que vocês têm um companheiro na Presidência da República e reivindiquem aquilo que vocês entenderem que devem reivindicar, porque nós temos que trabalhar para atender. Muitas vezes vai demorar um ano, vai demorar seis meses, mas podem ficar certos de que nós vamos atender.

A questão do índice de produtividade, meu caro Guilherme, nós vamos ter que fazer. A reforma agrária vai continuar, mas a minha preocupação com a reforma agrária não é só arrumar terra para colocar gente. A minha preocupação é pegar 4 milhões e meio de pessoas como vocês, que já têm a terra, e levar assistência técnica, garantir aumento de produtividade, garantir preço, para que vocês possam produzir cada vez mais.

Por isso, eu quero me despedir de vocês dizendo que nós temos muita coisa para fazer neste País, e eu sei que as pessoas andam meio nervosas. Eu não vi nenhuma faixa aqui “Fora FMI”, porque não devemos nada ao FMI. Eu não vi nada “ah, o Clube de Paris”, porque não devemos ao Clube de Paris.

Nós, hoje, não precisamos ir falar com o governo americano para pedir dinheiro emprestado. Nós temos 160 bilhões de dólares de reserva neste País. Somente no primeiro semestre, de janeiro a julho, nós criamos 1 milhão e 200 mil empregos com carteira assinada, mais do que todo o ano passado, e vamos gerar mais. O biodiesel foi uma política pensada para levar emprego para a parte mais pobre do País. Eu digo ao Guilherme todos os dias, digo ao companheiro Manoel todos os dias: o biodiesel não pode se transformar, igual à cana-de-açúcar. Tem o selo social, e o selo social é para cuidar de garantir aos pequenos, sobretudo dos estados mais pobres, o direito de vender o seu produto para a fábrica e ganhar pelo seu produto o justo para sustentar a sua família.

Quero dizer para vocês, querido Manoel e minhas queridas, o Manoel falou aqui de uma Portaria. Eu confesso, Manoel, que vou conversar com o ministro Marinho e com o ministro Lupi sobre essa Portaria, porque na hora em que a gente dá autorização para alguém dar aposentadoria a uma pessoa, a gente pode ter sorte de estar dando para gente de bem, mas se a gente não tomar conta, daqui a pouco você tem muita gente metendo a mão onde não deveria meter. Por isso nós vamos cuidar disso com carinho, Manoel, e quem sabe na próxima semana a gente volte a conversar, junto com o ministro Marinho, para a gente resolver isso.

No mais, eu não sei se vocês perceberam – a minha galega está cansada de fazer sinal para mim – porque eu tenho daqui a pouco, às 15 horas... Sabem o que eu tenho? Um encontro com mais de 50 ministros das Relações Exteriores de vários países do mundo que estão aí.

Minhas companheiras, eu quero dizer que o que vocês fizeram aqui foi uma lição de como é possível exercer a democracia.

Um grande abraço, um beijo e até outro dia, se Deus quiser.

Eu vou entregar para a Carmem a primeira resposta de todas as 106 reivindicações que foram entregues aos ministros, os ministros devolveram. Aqui, agora, Carmem, o trabalho é este, é ver como os ministros atenderão, voltar a sentar à mesa de negociações. Aquele que atendeu, ótimo; aquele que atendeu mais ou menos, vamos melhorar; e aquele que não atendeu, eu vou junto com você para fazer o ministro atender.

Um grande abraço e até outro dia.

